

# V - POLÍTICA EXTERNA E SOBERANA



**RELAÇÕES EXTERIORES**  
**DEFESA**



## RELAÇÕES EXTERIORES

A política externa brasileira alcançou novo patamar de atuação ao expandir a projeção do Brasil no cenário internacional. O incremento do prestígio do País evidencia-se pelo reconhecimento da comunidade internacional da importância da participação do Brasil nos principais foros mundiais e pelo aumento do número de visitas de Chefes de Estado e Chanceleres estrangeiros ao País.

Uma das principais conseqüências da expansão da atuação externa brasileira foi o extraordinário aumento do comércio exterior. Além da intensificação da promoção comercial pelos postos diplomáticos no exterior, a criação de foros multilaterais regionais, como o “Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)”, a “Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)” e a “América do Sul e Países Árabes (ASPA)”, resultou em aumentos significativos do volume de comércio inter-regional. Atualmente, em conseqüência do incremento das relações comerciais Sul-Sul, o comércio com esses países corresponde a 54% das exportações brasileiras. A intensificação da atuação brasileira no comércio internacional foi também acompanhada por uma maior presença de empresas brasileiras no exterior.

Paralelamente, o País tem atuado na defesa do sistema multilateral de comércio como o principal articulador do G-20, cujo objetivo primordial é garantir os interesses nas relações comerciais dos países em desenvolvimento.

O Ministério das Relações Exteriores, além do atendimento às necessidades rotineiras de empresas, cidadãos e à demanda por serviços da comunidade de brasileiros no exterior, que soma aproximadamente 4 milhões de pessoas, realiza operações emergenciais de suma importância, como a que envolveu recentemente a retirada de brasileiros da região de conflito no Líbano.

A conjugação desses fatos acarretou a abertura, desde 2003, de 32 novas embaixadas e consulados do Brasil, aumentando o número de postos no exterior para 184 e o quadro de pessoal do Itamaraty com a criação de 400 novos cargos na carreira diplomática.

O êxito dessa política externa foi determinado, além de outros fatores, pelo reforço nos últimos anos das dotações orçamentárias do Ministério das Relações Exteriores, que eram de R\$ 727,0 milhões em 2003 e alcançarão R\$ 950,0 milhões em 2007. Desses valores, R\$ 142,0 milhões e R\$ 208,0 milhões, respectivamente, referem-se a contribuições brasileiras pela participação em organismos internacionais.

## DEFESA

O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Defesa, tem priorizado a atuação das Forças Armadas em iniciativas de apoio ao desenvolvimento econômico e social do País, sem comprometimento de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial.

Inicialmente, cabe destacar a conclusão, em julho de 2005, do Projeto de Vigilância da Amazônia (SIVAM), sob a coordenação do Comando da Aeronáutica, que propiciou uma nova ferramenta no trabalho integrado das instituições governamentais de monitoramento da região Amazônica, sobretudo no controle do espaço aéreo brasileiro, de questões ambientais e de meteorologia.

O Governo Federal, em atenção às demandas voltadas à fixação da população na região de fronteira amazônica, por meio do Programa Calha Norte, tem investido na melhoria da infra-estrutura dos municípios carentes da região, além de viabilizar ações de interesse militar voltadas à segurança nacional, tais como a transferência da Segunda Brigada de Infantaria de Selva, de Niterói - RJ, para São Gabriel da Cachoeira - AM, o que aumentará o efetivo militar na Região em cerca de 2.400 homens. Para 2007 estão previstos R\$ 34,0 milhões.

Outra medida relevante foi a intensificação dos exercícios de adestramento combinados, envolvendo as três Forças Armadas, direcionados para as faixas do território brasileiro prioritárias ao combate dos delitos transnacionais, como é o caso da Amazônia, o que possibilitou a elevação do grau de integração entre elas e, principalmente, dinamizou a eficiência operacional dos meios militares brasileiros. Em 2007, para o adestramento das tropas, estão previstos recursos no montante de R\$ 1,4 bilhão. Merece destaque também a participação das tropas brasileiras em missões de ajuda humanitária internacional, como por exemplo, na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

No que diz respeito ao investimento em equipamentos, o Programa de Recuperação Operacional da Força Aérea Brasileira (PROFAB) recebeu R\$ 1,5 bilhão de 2003 a 2005, e estão previstos R\$ 409,0 milhões para 2007. Quanto ao reaparelhamento da Marinha e do Exército, foram aplicados no período mencionado R\$ 342,3 milhões e R\$ 245,1 milhões, respectivamente, e para 2007 estão previstos R\$ 191,5 milhões e R\$ 85,3 milhões, que atenderão, prioritariamente, à construção de embarcações e à aquisição de novos tanques de combate para o Exército Brasileiro.

É importante mencionar a atuação do Ministério da Defesa no apoio às ações sociais. No período de 2003 a 2006 serão recrutados cerca de 270 mil jovens para o serviço militar obrigatório, dos quais cerca de 100 mil serão qualificados com formação profissional no âmbito do programa "Soldado-Cidadão" até o final de 2006.

O Projeto Rondon, sob a coordenação do Ministério da Defesa, foi recriado pelo Governo Federal em 2005. Desativado por 14 anos, sua missão é, durante o período de férias escolares, levar estudantes universitários a regiões carentes do País, de modo a possibilitar-

lhes o conhecimento da realidade nacional, bem como formação cívica e solidária. Ao final de 2007, estima-se a participação de 2,7 mil estudantes no Projeto.

Foram reativadas, em 2004, as atividades do Correio Aéreo Nacional (CAN), com a implantação de linha aérea que passou a levar assistência às populações carentes, residentes em remotas localidades no Acre, as quais propiciaram o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para os moradores das comunidades adjacentes às organizações militares locais.

Para o exercício de 2007, o valor global programado para custeio e investimento das Forças Armadas alcança R\$ 5,8 bilhões.